



TENTATIVAS DE DESVINCULAÇÃO ECLESIÁSTICA DO MACKENZIE (1885-1973)

ATTEMPTS TO DETACH MACKENZIE FROM THE CHURCH (1885-1973)

Marcel Mendes

Engenheiro civil e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Diretor da Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: marcelmendes@mackenzie.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma retrospectiva histórica dos episódios que, no período de 1885 a 1973, tentaram afastar o Mackenzie da esfera de influência da Igreja Presbiteriana do Brasil. A demarcação temporal corresponde, respectivamente, à posse de Horace M. Lane na direção da Escola Americana, em São Paulo, e à vitória definitiva da Igreja Presbiteriana do Brasil, no Poder Judiciário, quando lhe foram restituídos os direitos exclusivos de direção e propriedade do Mackenzie.

PALAVRAS-CHAVE

Antigos alunos; Confessional; Escola Americana; Igreja Presbiteriana do Brasil; Mackenzie.

ABSTRACT

This article presents a historical retrospective of the episodes that, from 1885 to 1973, tried to exclude Mackenzie from the Presbyterian Church of Brazil sphere of influence. The period corresponds, respectively, to the taking office of Horace M. Lane as director of the American School, in São Paulo, and to the final victory of the Presbyterian Church of Brazil at the Judiciary, when the exclusive rights of leading Mackenzie and its property were returned to the Church.

KEYWORDS

Alumni; Confessional; American School; Presbyterian Church of Brazil; Mackenzie.

1. INTRODUÇÃO

A estreita e indissolúvel vinculação do Mackenzie com o seu associado vitalício, a Igreja Presbiteriana do Brasil, cons-

titui nos dias de hoje uma realidade inquestionável, absolutamente assimilada por todos os segmentos da comunidade mackenzista, da sociedade e das esferas do Poder Público. Essa relação umbilical encontra-se enunciada já no primeiro artigo do estatuto do Mackenzie:

Art. 1º – O Instituto Presbiteriano Mackenzie, doravante denominado MACKENZIE [...]

§ 3º – Os vínculos históricos com os missionários norte-americanos, com o “Board of Trustees” e com a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América serão sempre ressaltados e a vinculação atual com a Igreja Presbiteriana do Brasil será explicitada em todas as instituições, solenidades, documentos e impressos, em todos os níveis de atuação do MACKENZIE e de suas Mantidas.

Nem sempre, contudo, o cenário foi pacífico e convergente. Uma rápida retrospectiva histórica permite identificar momentos e contextos em que foram mobilizadas forças centrífugas desagregadoras que tinham em vista subtrair o Mackenzie da égide da Igreja ou, ao menos, dissolver os traços confessionais tão fortemente impregnados na identidade da instituição educacional.

A proposta deste artigo é pontuar algumas dessas conjunturas adversas, particularmente aquelas do período que vai de 1885 a 1973, extraindo desses episódios e processos eventuais subsídios para novas e instigantes reflexões.

2. A ATUAÇÃO CONTROVERTIDA DE HORACE M. LANE (1885-1912)

Em 1885, o médico e educador norte-americano Horace M. Lane (1837-1912) recebeu a Escola Americana das mãos do Rev. George W. Chamberlain (1839-1902), passando a conduzir os destinos da instituição educacional presbiteriana de São Paulo. Datam dessa época o Protestant College, depois denominado Mackenzie College, o Curso Superior de Comércio, os Cursos Preparatórios e, principalmente, a Escola

de Engenharia, que abriu as suas portas em 1896. Durante os 27 anos da sua dinâmica administração, Horace M. Lane promoveu a expansão e a visibilidade da Escola Americana e do Mackenzie College, lançando, também, sólidas bases de consolidação patrimonial.

O projeto do Colégio Protestante (tradução imperfeita de *Protestant College*) era relativamente ambicioso e complexo, confundindo-se às vezes com a idéia de uma “Universidade Cristã inteiramente equipada [...]” (apud MATOS, 1999, p. 74) que agregaria cursos acadêmicos a partir de um núcleo constituído pelas Faculdades de Teologia e de Filosofia. Esse empreendimento educacional concebido por Horace M. Lane contribuiria, segundo as suas próprias palavras, “mais do que qualquer outra coisa para moldar o caráter da vigorosa nacionalidade que está se formando” (apud MATOS, 1999, p. 74).

Sinalizando o rumo de uma progressiva desvinculação eclesiástica, todo o patrimônio que fora adquirido em São Paulo para uso educacional com recursos da Junta de Missões Estrangeiras (Nova York) foi cedido ao Colégio Protestante de São Paulo em regime de comodato, retirando-se a Missão da direção da área educacional, em 1895 (ou 1894, dependendo da fonte consultada). Horace M. Lane passou, então, a responder exclusivamente perante o recém-criado *Board of Trustees of Mackenzie College at S. Paulo*, com sede em Nova York, no âmbito da Igreja Presbiteriana [do Norte] dos Estados Unidos.

Esse novo quadro institucional afastou a Escola Americana e o Colégio Protestante da influência direta dos missionários norte-americanos e dos pastores e presbíteros vinculados aos concílios nacionais, selando, portanto, uma posição de relativa autonomia do complexo Mackenzie em relação à Igreja Presbiteriana do Brasil, situação que perdurou por algumas décadas.

Era natural que esse prematuro afastamento gerasse reações no âmbito eclesiástico brasileiro, que passou a ver a instituição fundada pelo Rev. George W. Chamberlain cada vez mais descomprometida com os objetivos estabelecidos na sua origem e fortemente defendidos nos seus primeiros quinze anos de funcionamento.

Questionado veementemente pelas lideranças presbiterianas nacionais sobre a contribuição efetiva do Mackenzie para a propagação da fé cristã reformada, Horace M. Lane teve

que definir, em mais de uma ocasião, o que ele entendia por “influência evangélica” exercida por meio da educação confessional. Nessa ocasião, justifica e defende as estratégias adotadas:

Afirmamos que exercemos uma influência evangélica. Talvez não estejamos seguindo os processos espetaculares de um evangelista itinerante. Propositadamente, evitamos métodos fanáticos e emocionais de proselitismo, e fazemos o que podemos para reprimir formas de devoção ostentosa, porque o latino é tão propenso a esse tipo de pretensão religiosa exterior e trouxe do catolicismo uma riqueza tão grande de formas de devoção, que supera o mais efusivo anglo-saxão. Nós tentamos moldar todo o nosso trabalho a fim de construir um caráter cristão limpo e atrair homens e mulheres jovens, cuja educação é confiada a nós por centenas de pessoas, todos os anos, a se aproximarem de Cristo, tanto em pensamento como na prática. Para o que mais esses críticos baratos imaginam que estamos aqui? (MACKENZIE COLLEGE, 1907, p. 6, tradução nossa).

Em síntese, observa-se que o médico e educador Horace M. Lane recebeu do Rev. George W. Chamberlain uma instituição vinculada à Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, comprometida com uma confessionalidade explícita e portadora de uma propaganda direta. Quando da morte de Lane, em 1912, a Escola Americana e o Mackenzie College encontravam-se vinculados ao *Board of Trustees*, sem influência eclesiástica direta, tanto dos Estados Unidos como do Brasil, com estratégias de propaganda indireta e atuação confessional implícita.

3. OS DILEMAS DE WADDELL, STEWART E HUNNICUTT (1914-1952)

Com a morte de Horace M. Lane, a direção da Escola Americana e do Mackenzie College passou a ser exercida em caráter interino por Rufus K. Lane (1873-1926), filho do antigo diretor. Um ano depois, esse encargo passou à responsabilidade do Rev. Donald C. McLaren (1859-1930), para

em 1914 ser atribuído a William A. Waddell (1862-1939), até 1927.

Na longa administração de William A. Waddell, a questão da confessionalidade do Mackenzie transcendeu os limites institucionais e eclesiais, suscitando questionamentos que partiram da imprensa, das tribunas legislativas e de outras fontes. Quando em 1921 e 1922 tramitava no Congresso Nacional o projeto de equiparação da Escola de Engenharia aos estabelecimentos oficiais, o diretor da Escola Americana e presidente do Mackenzie College teve que sair do quadrilátero de Higienópolis para informar deputados e senadores sobre o que se passava no interior dos seus muros, no tocante à orientação religiosa. Era explícita? Era dissimulada? Excedia na orientação ou se encontrava em falta? Praticavam-se formas de propaganda direta, ou indireta, ou nenhuma propaganda transparecia? As palavras são do próprio Waddell (1922), falando em nome da instituição nascida sob os auspícios das missões presbiterianas:

Tacha-se o MACKENZIE de ser uma organização de propaganda religiosa. O MACKENZIE foi incorporado pela Universidade do Estado de Nova York sem esta feição. Reconhece a Deus, por atos de culto, fato que é quase universal nos estabelecimentos americanos. No princípio de sua existência a *Escola Americana* era de propaganda [religiosa]. Quando passou aos cuidados do MACKENZIE, os seus programas sofreram uma modificação, pelo que o ensino da religião foi retirado, sendo conservados os atos de culto que consideramos inseparáveis do bom funcionamento de trabalhos escolares. [...] O fim principal do *Mackenzie College* é de criar caráter. Consideramos isto mais importante do que conhecimentos. [...] Aqui ensinam protestantes de diversos tipos, católicos romanos, positivistas e mais alguns cuja simpatia religiosa ignoro, mas cujas vidas são um forte incentivo do desenvolvimento correto dos seus estudantes.

Percebe-se nas afirmações de William A. Waddell um discurso defensivo que procura descaracterizar a informação de que dentro da instituição fundada por Chamberlain praticavam-se formas de proselitismo religioso. Encontrou-se a saída: doravante, a confessionalidade presbiteriana ficaria reduzida ao ensino de princípios éticos e desapareceriam, em

definitivo, vestígios de orientação religiosa. Com efeito, esses seriam, nas décadas seguintes, os limites da confessionalidade do Mackenzie.

São da mesma época as críticas que chegaram até o recinto do Congresso Nacional, censurando a orientação religiosa do Mackenzie. A denúncia mais contundente partiu de um grupo de professores da Escola Politécnica de São Paulo, excitado pela crescente visibilidade que a Escola de Engenharia do Mackenzie College ia ganhando na sociedade: “[...] é mais uma escola que, sob pretexto de instrução faz, sobretudo, propaganda religiosa protestante junto da mocidade que a freqüenta” (*DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO*, 1922, p. 5309-11). Os argumentos de defesa foram apresentados tanto pelo jornal *O Puritano*, órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, em uma das suas raras manifestações sobre o tema Mackenzie¹, como pelo diretor da instituição, William A. Waddell. O jornal afirmava:

Se no Mackenzie se lê a Bíblia e se faz oração é questão de regime interno. No Mackenzie não se obriga ninguém a ser evangélico, como não se trata de saber se o aluno segue este ou aquele culto (*O PURITANO*, 25.10.1922, v. 24, n. 1173, p. 3).

Como já antes consignado, as expressões de confessionalidade do Mackenzie tornaram-se, nas décadas seguintes, bastante discretas. Simultaneamente, aprofundou-se a distância institucional-eclésiástica, situando, de um lado, o Mackenzie como entidade de confissão presbiteriana, mas vinculada a matrizes norte-americanas, e, de outro, a Igreja Presbiteriana do Brasil, que nenhuma tutela exercia sobre a crescente instituição fundada e conduzida por respeitáveis missionários presbiterianos.

¹ Pesquisa junto ao Arquivo Histórico Presbiteriano confirma a observação de que o periódico *O Puritano*, órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, guardava sintomático silêncio em relação ao Mackenzie. Fundado em 1899 e publicado regularmente até 1958, tinha periodicidade inicialmente semanal, depois quinzenal e, finalmente, mensal. Ao longo dos seus quase sessenta anos de existência, as referências ao Mackenzie, entre matéria opinativa (editoriais) e matéria informativa (reportagens e notícias), não passam de uma dezena. Esse posicionamento reforça a tese de que Mackenzie e Igreja Presbiteriana do Brasil cultivaram afastamento recíproco por longo tempo (*O PURITANO*, 1944, v. 46, n. 1841, p. 1; 1945, v. 47, n. 1856, p. 6; 1948, v. 49, n. 1923, p. 3).

4. BAKER INICIA A REAPROXIMAÇÃO ECLESIAÍSTICA DO MACKENZIE (1952-1960)

A propósito da explicitação da confessionalidade do Mackenzie e das suas vinculações com a Igreja – escassas e tênues, pelo que se vem observando – impõe-se a menção de matéria publicada no jornal *Brasil Presbiteriano* (1ª quinz. 1964, v. 7, n. 3, p. 7), assinada pelo Rev. Jorge César Mota, da qual se extrai este significativo parágrafo:

É preciso não esquecer que dois foram os fatores que caracterizaram a gestão do Dr. Baker [1952-1960] na presidência do Instituto Mackenzie e a fizeram “diferente” das demais. Um foi a presença da Universidade. O outro a presença da Igreja Presbiteriana. O primeiro foi uma herança que lhe legaram. O segundo, uma herança que ele deixou para os seus sucessores.

Em documento interno, de caráter confidencial e redigido em inglês, Peter G. Baker (1896-1963) organizou registros que julgava significativos para a memória da instituição fundada por missionários presbiterianos e a esses apontamentos acrescentou posicionamentos pessoais, impregnados de forte convicção. A propósito do artigo 2º dos estatutos, anteriormente transcrito, eis sua opinião:

Em minha opinião, o artigo 2º dos atuais Estatutos é fraco. Pelo menos precisa de esclarecimentos. Frases como "crentes dos benefícios da religião", "com a mesma fé" e "conservando as tradições" levam às perguntas: Crentes em que religião? Que tipo de fé eles tinham? Quais são essas tradições? Essa talvez seja nossa última oportunidade de esclarecer os objetivos e os princípios evangélicos dos fundadores e doadores. Por que não dizer francamente e claramente o que o Mackenzie representa? Por que não dizer que o Mackenzie é um instituto educacional evangélico? Por que não afirmar aquilo em que nós cremos? (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, tradução nossa).

A recuperação de fragmentos da história institucional aponta para os dilemas vividos pelos dirigentes da Escola Americana e do antigo Mackenzie College – num só título, Mackenzie – em face da obrigação de ser comprovado peran-

te a matriz eclesial que a instituição era suficientemente confessional por força da sua origem, da sua missão e da sua práxis, e, ao mesmo tempo e em outro tom, demonstrar cabalmente para o público externo que nas entranhas do seu *campus* não se praticava nenhum esforço de proselitismo. Com efeito, esses condutores da educação com matiz confessional viveram sob o signo do confronto: enquanto o círculo interno exigia maior explicitação da crença, o externo esperava menor manifestação dessa mesma fé. As vozes de Horace M. Lane e William A. Waddell, que uma retrospectiva histórica pode recuperar com razoável fidelidade sonora, são reveladoras dessas tendências centrífugas e centrípetas em busca de equilíbrio.

A forma de conciliar essas ambigüidades parece ter sido apresentar a religião como base de uma vida digna, útil e patriótica, “através do procedimento” de seus professores e diretores, como “exemplo cristão de desprendimento, de tolerância e de operosidade” (INSTITUTO MACKENZIE, 1954, p. 4) Não há, portanto, um proselitismo declarado como intenção no discurso, mas uma preocupação constante de que os ideais do cristianismo sejam percebidos e inculcados. O “caráter cristão limpo” é o ponto máximo a ser obtido, sem, no entanto, ferir o princípio da liberdade de consciência (RAMALHO, 1976, p. 146-147).

Caberia questionar, a exemplo de Matos (1999, p. 84-85), se é possível a uma instituição preservar a orientação nitidamente cristã e evangélica, centrada na Bíblia – como se afirmava sempre – sem a manutenção de vínculos eclesialísticos. Há precedentes históricos de que, nessas circunstâncias, o rumo inexorável é a secularização, a ponto de serem diluídos até à dissolução os propósitos estabelecidos pelos primeiros instituidores, no que tange à diretriz confessional.

5. A NACIONALIZAÇÃO DO MACKENZIE SUSCITA A QUESTÃO DA DIREÇÃO E PROPRIEDADE

Em 19 de janeiro de 1951, o Instituto Mackenzie recebeu por meio de Escritura de Comodato todo o patrimônio

do Mackenzie College que até então pertencia exclusivamente à Igreja Presbiteriana [do Norte] dos Estados Unidos, representada pelo *Board of Trustees of Mackenzie College*, com sede em Nova York. Preparava-se o caminho da nacionalização do Mackenzie – uma instituição consolidada e reconhecida, que buscava o *status* universitário.

Quanto à Universidade Mackenzie, sua instalação seguida da posse do primeiro reitor deu-se em 16 de abril de 1952, tendo comparecido à solenidade o ministro da Educação Ernesto Simões Filho (1886-1957), como representante do presidente Getúlio Vargas, o governador Lucas Nogueira Garcez (1913-1982), o reitor da Universidade de São Paulo Ernesto Moraes Leme (1896-1980), além de elevado número de autoridades estaduais, municipais e acadêmicas, comandantes militares e personalidades do Poder Judiciário e do corpo diplomático. Consta dos registros que o cardeal Motta, arcebispo de São Paulo, fez-se representar no solene ato, ao contrário da Igreja Presbiteriana do Brasil que, estranhamente, não teria enviado representante oficial.

No discurso de posse, o reitor Henrique Pegado deixou de fazer referência às origens norte-americanas do Mackenzie e às influências confessionais que incidiram sobre a Escola Americana e o Mackenzie College nas primeiras décadas de sua existência. Inaugurava-se, sutilmente, um discurso que nos anos seguintes seria assimilado por uma parcela da comunidade mackenzista como adequado a um novo Mackenzie – uma instituição de cunho nacional, cuja grandeza deveria ser creditada aos seus antigos alunos e aos professores.

O anúncio da vinda de emissários norte-americanos, em 1957, para tratar da nacionalização institucional do Mackenzie precipitou mobilizações dos pólos que nos anos seguintes iriam confrontar-se no processo de disputa pelos ativos do Mackenzie e seu efetivo comando.

Por parte da Igreja Presbiteriana do Brasil, que se mantivera à margem dos destinos do Mackenzie desde a gestão de Horace M. Lane na primeira década do século, decidiu sua Comissão Executiva, em reunião de 12 de fevereiro de 1957, nomear uma comissão de alto nível, “com a finalidade de preparar a Igreja Nacional para receber as instituições educativas” (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Digesto Presbiteriano (1951 – 1960)*, 1998, p. 160-161).

A Universidade Mackenzie, de sua parte, preparou-se para dialogar com os delegados do *Board*, ampliando o foco de discussões para um debate temático que compreendesse a “reestruturação do Instituto Mackenzie”, cujo organograma era “obsoleto”, nas palavras do reitor Henrique Pegado. (UNIVERSIDADE MACKENZIE, 1952-1962, v. 1, p. 58). Por circunstâncias relacionadas ao que se denominou “quebra de confiança”, Henrique Pegado teve que antecipar a sua aposentadoria, demitindo-se do cargo de reitor em outubro de 1957.

Por sua vez, a já tradicional Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie constituiu comissão especial para cuidar da interlocução com os emissários de Nova York.

De fato, a visita da delegação do *Board of Trustees* e de membros da Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos deu-se em junho de 1957, ocasião em que se encontraram, separadamente, com representantes da Igreja Presbiteriana do Brasil, do Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie e dos Centros Acadêmicos – órgãos de representação discente da Universidade. De regresso ao país de origem, manifestaram-se agradecidos pelos contatos e particularmente satisfeitos “por encontrar um forte espírito de lealdade para com a Alma Mater e um desejo de conservar os valores espirituais do Mackenzie” (INSTITUTO MACKENZIE, 1955-1961, v. 3, p. 39-39v).

Em outubro de 1957, o tema da nacionalização do Mackenzie veio a público pela primeira vez pelas páginas do periódico institucional *O Mackenzie* que, ao longo dos seus dezessete anos de existência, jamais tocara no assunto. Os artigos “O Mackenzie e seu futuro” e “Nacionaliza-se o Mackenzie”, de autoria do editor desse “órgão do Instituto Mackenzie”, Rev. Jorge César Mota (1912-2001), não só informavam, mas também opinavam:

A primeira coisa que desejo lembrar é que os protestantes que fundaram o Mackenzie não só têm o direito de ditar as normas de sua nacionalização, como também têm autoridade moral para fazê-lo. Esta, eles a possuem incontestavelmente por muitos motivos. [...] Advém ela, antes, da própria natureza da obra que realizaram e realizam em nome de Cristo, todos eles. Nenhum dos que aqui estiveram representando o espírito evan-

gélico da Igreja que os enviou como missionários, durante esses quase cem anos de obra presbiteriana norte-americana no Brasil, desonrou o nome de sua Igreja. Ao se decidirem a deixar sua pátria para servir a outra pátria, fizeram-no com tal determinação que abandonaram honrarias e privilégios, conforto e oportunidades materiais, para viverem uma longa vida de preocupação permanente, de trabalho diuturno, de sacrifício e de quase pobreza, mas, afinal, de serviço ao seu próximo e a Deus, que era o que lhes importava. Se essa gente não possui autoridade moral, não sei quem a possa possuir. (O MACKENZIE, 1957, p. 3)

Naquele momento histórico, o que entraria em jogo não seria apenas a transferência do patrimônio e do comando do Mackenzie, ainda que seus ativos estivessem estimados em mais de quinhentos milhões de cruzeiros, como se afirmava. Estratégicos e cruciais seriam os rumos que o Mackenzie tomaria depois de passar para mãos brasileiras, pois que sua missão, insculpida em pedra, estava claramente orientada para o cultivo e difusão das “ciências divinas e humanas”, sob a óptica cristã, de confissão reformada, e assim deveria permanecer. Quem seria capaz de assegurar essa vocação irrevogável?

Segundo o editor de *O Mackenzie* (1957, p. 4), essa responsabilidade deveria ser atribuída a quem “continue com a direção espiritual com que foi fundado”, pois:

Só assim ficarão garantidas as características que o têm distinguido. Trata-se exatamente de preservar as qualidades da instituição educacional com orientação cristã, porém, sem disciplinas religiosas nos currículos das faculdades, sem exames obrigatórios de doutrinas religiosas, sem constrangimento nem coações. [...] Não nos move o desejo de “protestantizar” ninguém, mas de contribuir para dar ao Brasil homens e mulheres que, além da cultura e da saúde física, levam consigo uma formação moral cristã. [...] Teria porventura alguém a idéia de negar aos jesuítas, franciscanos, salesianos, dominicanos ou beneditinos o direito de exigirem que os colégios por eles fundados se mantenham fiéis aos seus princípios?

Seriam essas afirmações fruto de certo complexo de minoria que perseguia os protestantes no Brasil? Traduziria essa

manifestação uma síntese das lutas travadas nos bastidores (e eventualmente desconhecidas da comunidade), entre facções católicas e protestantes? Seria essa mensagem apenas uma senha a sinalizar que as definições maiores, relativas à nacionalização do Mackenzie, já estavam assentadas? Ou, finalmente, o discurso materializado no texto seria um misto de todas essas hipóteses?

Datam desse contexto histórico (de fevereiro de 1958) registros organizados pelo presidente do Instituto Mackenzie, constantes de documento confidencial redigido em inglês e aqui já anteriormente referido, dos quais ressalta parágrafo que incide na questão religiosa mencionada por Jorge César Mota. São palavras de Peter G. Baker:

Parece-me que uma forte declaração baseada nos objetivos que Chamberlain, [John T.] Mackenzie e o “Board” tinham em mente deveria ser registrada quando ocorrer a transferência, e afirmar que esses objetivos são fundamentais e não podem ser alterados. A menos que isso seja feito, poderemos estar em sérias dificuldades daqui a alguns anos. Toda brecha deve ser bem fechada, para que não haja nenhum risco de católicos romanos controlarem a nossa Universidade. [...] Se o grupo católico romano conseguisse controlar o Mackenzie, isso seria uma tremenda vitória para o Cardeal de São Paulo e abriria caminho para um avanço sobre nossas outras escolas. O que acontece com o Mackenzie é da máxima importância para as igrejas evangélicas do Brasil (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, tradução nossa).

O ano de 1958 desencadearia uma sucessão de fatos que iriam demonstrar serem procedentes as preocupações sobre o destino do Mackenzie como instituição educacional fundada “por evangélicos, homens desprendidos e de espírito elevado, crentes dos benefícios da religião nas funções espirituais e educativas” (INSTITUTO MACKENZIE, 1950-1951).

O primeiro registro refere-se à escolha de Flaminio Fávero (1895-1982), “um grande intelectual rigorosamente ortodoxo [quanto à teologia cristã, reformada], uma das glórias da ciência paulista” (LÉONARD, 2002, p. 320), para o cargo de reitor da Universidade Mackenzie, com mandato de três anos. A gestão de Flaminio Fávero foi marcada por focos

de insatisfação questionando a legalidade da sua nomeação. Para colocar um ponto final na questão, Flamínio Fávero renunciou ao cargo de reitor, com apenas dez meses de mandato, deixando-o em 30 de dezembro de 1958 (INSTITUTO MACKENZIE, 1955-1961, v. 3, p. 106v).

Os espíritos mais atentos perceberam que as dificuldades opostas à sua gestão não diziam respeito apenas aos óbices legais, que apareciam na superfície; eram mais profundas, de conotação corporativa e inspiração religiosa. A demissão de Henrique Pegado – mackenzista e católico romano – não havia sido ainda assimilada, ao contrário, suscitava intensas movimentações que tiveram sua base na Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie e se propagaram pelo corpo docente mais antigo da Universidade.

6. OS ANTIGOS ALUNOS PREPARAM-SE PARA CONDUZIR OS DESTINOS DO MACKENZIE (1957-1961)

Em 23 de junho de 1958, a Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie enviou ao *Board* de Nova York extenso memorial, tendo como ponto de partida a proposta que os emissários norte-americanos haviam apresentado um ano antes, quando vieram ao Brasil tratar das condições preliminares para a nacionalização do Mackenzie. Redigida em termos eloqüentes, a peça contestava firmemente o critério de atribuir a evangélicos – numericamente em minoria dentro da coletividade mackenzista – os destinos do Mackenzie por meio de maioria de membros numa junta que viesse a se constituir:

Seria incrível e inaceitável que a maioria quisesse se impor à minoria, ridículo esse que só seria ultrapassado pela recíproca também inverossímil da minoria querer se impor à maioria (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, p. 7, cópia do documento com páginas numeradas de 1 a 22).

Entendendo que a coletividade mackenzista era detentora de legítimos direitos de se considerar “senhora de todo o patrimônio moral e espiritual do MACKENZIE e mantene-

dora absoluta de suas tradições”, fazia-se, no mínimo, uma concessão histórica:

E se, por um lado, os Antigos Alunos reconhecem as origens evangélicas dos precursores do Mackenzie, que aqui não vieram para fazer proselitismo religioso, não olvidam igualmente que a finalidade precípua da instituição é eminentemente educativa e não catequética (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, p. 7).

O documento fazia referência explícita ao patrimônio da instituição:

O Mackenzie foi iniciado por membros do “Board of Foreign Missions” da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, e assim tornou-se esta proprietária do Mackenzie (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, p. 8).

Já a Associação dos Antigos Alunos não entendia assim:

A referida afirmação [...] está em flagrante colisão com as tradições mackenzistas, pois um grupo preponderaria sobre o outro, além de chamar para si a propriedade exclusiva dos bens materiais do Mackenzie, conquistados, quinhão por quinhão, por todos e para todos e não para alguns (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, p. 9).

A longa mensagem epistolar mencionava ainda as históricas campanhas de captação de fundos levadas a efeito pelos mackenzistas e que não teriam sido revestidas de tanto êxito se “se soubesse serem as importâncias arrecadadas destinadas a instituições de caráter religioso” (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, p. 14). A esses argumentos juntaram-se outros, de igual índole, fazendo do documento da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie um repto veemente aos planos de nacionalização elaborados pelas entidades norte-americanas e presbiterianas. Definia-se claramente que a preponderância na constituição de uma esperada “Fundação Mackenzie” deveria ser dos antigos alunos, pelo fato de que “ninguém melhor do que os próprios mackenzistas têm as legítimas credenciais para zelar pelo patrimônio da Instituição” (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, p. 20). Para que ficassem claras as intenções e

dissipadas quaisquer desconfianças, o documento insistia numa “concessão”:

Nos estatutos ficará assegurada a origem histórica da fundação do Mackenzie por evangélicos, homens desprendidos e de espírito elevado, bem como a finalidade estritamente educacional da instituição, cuja Junta, seria constituída de preponderante maioria de antigos alunos, independentemente de qualquer convicção religiosa, sendo que na referida Junta, como homenagem perpétua aos seus fundadores, os evangélicos teriam necessariamente a sua representação, bem como dela participariam figuras de relevo e destaque no campo educacional do país (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, p. 20).

A repercussão do documento da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie teve diferentes efeitos, que variaram do aplauso à reprovação. Enquadravam-se no primeiro grupo os mackenzistas históricos, muitos dos professores e os órgãos de representação discente da Universidade. A reprovação não foi imediata nem ostensiva; configurou-se numa crescente postura de defesa por parte dos próceres presbiterianos e das entidades eclesíásticas envolvidas no processo institucional de nacionalização do Mackenzie. O cenário se mostrava propício ao desencadeamento de novas lutas, como se os conflitos anteriores ainda fossem insuficientes para modelar uma instituição educacional simultaneamente nacional, cristã e liberal.

Nos Estados Unidos, o documento da Associação dos Antigos Alunos foi recebido em 11 de agosto e apresentado na reunião anual do *Board of Trustees*, de 3 de outubro de 1958. A resposta materializou-se por meio de carta datada de 22 de outubro e assinada por Wayman A. Holland e W. Stanley Rycroft, respectivamente presidente e secretário desse Conselho de Curadores sediado em Nova York. Da longa missiva, merece destaque o parágrafo que reforça a identidade confessional do Mackenzie, cuja preservação constituía o núcleo do projeto de nacionalização:

O MACKENZIE tem tradições gloriosas. Desde o início ele deu boa acolhida a todas as raças, todas as classes e todos os credos. Embora sempre sob administração evangélica, e embora muitos de seus professores tenham sido protestantes, nunca se fez o menor esforço para converter os estudantes ao Protestantismo. Todo respeito pelas convicções dos outros. Conversão é

tarefa da IGREJA; educação cristã é tarefa do MACKENZIE (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, tradução nossa).

A Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie acolheu simpaticamente a mensagem do *Board* e, em nova carta, não só se colocou à disposição para a continuidade dos entendimentos, como propôs a vinda de novos emissários norte-americanos para aprofundamento do debate.

O espectro de alternativas para a nacionalização institucional do Mackenzie, que se mostrara largo na fase preliminar das discussões, começou a estreitar-se em 1959, ano das comemorações do primeiro centenário de presença presbiteriana no Brasil. Aliás, já no dia 15 de dezembro de 1958, dirigentes do Mackenzie e da Missão Presbiteriana Brasil Central expediram telegrama para Nova York, comunicando a tomada de posição da Igreja Presbiteriana do Brasil, que parecia recente:

Representantes da Igreja nacional apresentam agora sérias objeções ao plano de nacionalização sugerindo mudanças fundamentais para assegurar o controle da Igreja Presbiteriana (INSTITUTO MACKENZIE. *Nacionalização...*, 1957-1961, tradução nossa).

De fato, reunida a Comissão Executiva da Igreja Presbiteriana do Brasil em fevereiro de 1959, e em face do relatório do presidente do Supremo Concílio, Rev. José Borges dos Santos Jr. (1895-1972), referente às negociações em curso, resolveu-se oficializar ao *Board* de Nova York com propósito de chamar para a esfera da Igreja uma participação mais efetiva no processo de nacionalização do Mackenzie, em razão dos antecedentes históricos que vinculavam tanto a Igreja como o Mackenzie à antiga Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos.

Como justificativa para essa proposição, acrescia-se ainda o seguinte argumento, de natureza estratégica, conquanto polêmica e controversa:

Para execução de seu programa de reforma espiritual do Brasil, é indispensável que [a Igreja] possa utilizar instituições como o Mackenzie” (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Digesto Presbiteriano (1951-1960)*, 1998, p. 248).

E para deixar claro que não se tratava apenas de uma tese, foi aprovado o seguinte texto, que merece ser classificado como demarcador de novas e definitivas posições da Igreja brasileira:

I) A Igreja Presbiteriana do Brasil não concorda com a forma de criação da Junta Patrimonial proposta pelo “Board of Trustees”, porque nacionaliza o Mackenzie sem, contudo dar à Igreja a justa oportunidade de participar ativa e diretamente de sua direção; II) Sugere ao “Board of Trustees” que reestude a matéria oferecendo à Igreja Presbiteriana do Brasil a liberdade de eleger representantes seus, em maioria, para a entidade que venha a exercer no Brasil as funções que o “Board of Trustees” exerce atualmente (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Digesto Presbiteriano* (1951-1960), 1998, p. 249).

O documento eclesiástico acrescentava que as sugestões eram feitas não apenas

para dar à Igreja Presbiteriana do Brasil a oportunidade de servir ao Mackenzie, mas também para proteger os bens e as finalidades com que foi criada e mantida a instituição (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Digesto Presbiteriano* (1951-1960), 1998, p. 249).

No meio do ano de 1959, as comemorações jubilosas do centenário da Igreja Presbiteriana do Brasil incluíram a realização da Assembléia da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (de 27 de julho a 6 de agosto), no Ginásio do Ibirapuera em São Paulo. A presença de personalidades do presbiterianismo mundial, dentre elas figuras integrantes do *Board* de Nova York e da Igreja norte-americana, permitiu que o Mackenzie inaugurasse festivamente o seu maior edifício educacional e respectivo auditório, e que se dessem, nos mesmos dias, encontros de representantes da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie e do Instituto Mackenzie com pelo menos dois dos dignitários eclesiásticos – John A. Mackay (1889-1983) e W. Stanley Rycroft.

Segundo relato dos antigos alunos, os visitantes prometeram

nada resolver em definitivo, quanto à transferência de responsabilidade do *Board of Trustees* para uma Junta Nacional, sem ouvir

previamente a Associação, pois reconhecem nela o porta-voz credenciado para falar em nome da família *mackenzista*” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS..., 1960, p. 13).

Enquanto se aguardava o melhor momento e a forma mais conveniente de efetivar a nacionalização do Mackenzie, irrompeu no primeiro semestre de 1960 uma greve estudantil que se prolongou por mais de dois meses. Essa greve expôs fraturas internas, na medida em que professores hipotecaram solidariedade ao movimento que visava à federalização da Universidade Mackenzie e constituíram Comissão própria que se deslocou até Brasília em busca de intervenção federal e de medidas que alterassem a estrutura jurídica da Universidade. Ante essa dissidência, o Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie (1955-1961, v. 3, p. 149) deu publicidade pela imprensa, em 25 de maio de 1960, a um “Comunicado” que advertia:

[...] o Instituto Mackenzie não pretende, de forma alguma, abrir mão dos direitos que lhe são conferidos pelas leis em vigor, seja sobre os bens patrimoniais, cuja guarda e utilização lhe foi deferida, seja nas relações que mantém com a Universidade Mackenzie.

Em 24 de fevereiro de 1961, encontrando-se na Presidência do País Jânio Quadros (então professor da Universidade Mackenzie), o novo presidente do Instituto Mackenzie, Richard L. Waddell (1903-1984), escreveu para o secretário do *Board* de Nova York, W. Stanley Rycroft. Tinha argumentos novos:

Parece que a coisa mais sensata a fazer é transferir a propriedade à Igreja Presbiteriana do Brasil. [...] Há uma razão para isso: impedir que um governo comunista – Federal, Estadual ou Municipal – ouse tocar na propriedade. O mesmo não se pode dizer, caso a transferência se dê para uma “associação”, ou “fundação”, ou algo desse tipo. [...] A única força que faria os evangélicos do Brasil perderem o Mackenzie seria o Comunismo. Todas as outras forças pensariam duas vezes ou mais, antes de tomar a decisão de desapropriar os bens da Igreja – qualquer Igreja (INSTITUTO MACKENZIE. *Board of Trustees*, 1957-1961, tradução nossa).

Nessa conjuntura histórica, a Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie voltou a envidar esforços para se reaproximar do núcleo que discutia a nacionalização do Mackenzie, estimulado, com toda a certeza, pela figura do novo presidente da instituição, Richard L. Waddell, cuja ascendência familiar era vista com respeito e carinho pelos mackenzistas mais saudosos.

Esse foi também o momento em que a Igreja Presbiteriana do Brasil, pela voz do presidente de seu Supremo Concílio e também membro do Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, José Borges dos Santos Jr., reiterou o interesse em receber a transferência patrimonial promovida pelo *Board* de Nova York e em assumir as prerrogativas do associado vitalício que competiam àquele superior colegiado presbiteriano, norte-americano. Seria dispensável essa reiteração? A rápida sucessão de fatos mostrou que não se tratava de redundância, mas de afirmação positiva para deixar bem claras e fixas as posições, o que foi percebido pelos representantes da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie presentes à reunião.

Dias depois – 28 de agosto de 1961 –, essa Associação reuniu seu Conselho Diretor

com o fim específico de serem discutidos importantíssimos problemas da transferência dos poderes do “Board” para uma entidade nacional, bem assim a constituição da “Fundação Universidade Mackenzie” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS..., 1961, p. 6).

Não havia mais tempo para negociar posições. Percebendo que estava colocada à margem do processo, a Associação enviou telegramas ao presidente da República, João Goulart (1919-1976), ao presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves (1910-1985), e aos ministros da Educação e Cultura, da Indústria e Comércio, e do Trabalho e Previdência Social, com dramática mensagem que ainda verberava contra as denominadas “preponderâncias religiosas”. A despeito da veemência da mensagem, as elevadas autoridades federais em nada vieram a interferir no formato final da transferência patrimonial e de comando do *Board* para a Igreja Presbiteriana do Brasil, conforme escritura de doação lavrada no 7º Tabelião de Notas da Capital, em 20 de novembro de 1961.

7. MACKENZIE E IGREJA EM ROTA DE COLISÃO (1964-1973)

No contexto do Mackenzie, tudo parece ter começado numa reunião do seu Conselho Deliberativo, em 4 de novembro de 1964, quando o vice-presidente, Guaracy Adiron Ribeiro, questionou o fato de a última revisão dos estatutos do Instituto Mackenzie não ter sido submetida previamente à aprovação da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, no que foi secundado pelo superintendente (novo título atribuído ao cargo de tesoureiro a partir dessa última reforma estatutária), Cel. Theodoro de Almeida Pupo.

A objeção levantada fez que o presidente do Conselho Deliberativo tentasse “definir com precisão a natureza e a delimitação das relações entre o Associado Vitalício – Igreja Presbiteriana do Brasil – e o Instituto Mackenzie”, dizendo, com certa redundância, que

as mesmas vêm definidas nas cláusulas da escritura de comodato firmada por ambas as entidades, as quais não permitem àquela qualquer ingerência em questões de ordem administrativa interna deste último² (INSTITUTO MACKENZIE, 1963-1966, v. 5, p. 28v-29).

Dois outros conselheiros sugeriram que ao menos a dúvida fosse levada à Igreja, mas foram vencidos por votos opostos à iniciativa.

A divergência interna trouxe à tona uma situação que já vinha se verificando no dia-a-dia da administração do Instituto Mackenzie, de incompatibilidades recorrentes entre o presidente Oswaldo Müller da Silva e seus diretores mais próximos, Guaracy Adiron Ribeiro (vice-presidente) e Theodoro de Almeida Pupo (superintendente). Dando crédito ao depoimento de Oswaldo Müller da Silva, o Conselho Deliberativo resolveu, depois de acalorados debates, demitir o vice-pre-

² Aos ouvidos da Igreja Presbiteriana do Brasil chegou outra versão. O presidente do Conselho Deliberativo teria posto em votação a questão, nos seguintes termos: “Os favoráveis a que a política da Igreja Presbiteriana do Brasil se intrometa no Instituto Mackenzie, queiram se levantar. Os contrários queiram permanecer como estão” (*BRASIL PRESBITERIANO*, out. 1964, v. 7, n. 13, p. 2).

sidente e o superintendente dos seus cargos, pois entendeu que “a situação era insustentável” (INSTITUTO MACKENZIE, 1963-1966, v. 5, p. 31-32v). Imediatamente, instalou-se uma dúvida no ar, que o assessor jurídico do Instituto, também presente à reunião, tentou expungar: teria o Conselho Deliberativo do Mackenzie poderes para dispensar dois diretores que haviam sido indicados e nomeados pela Igreja Presbiteriana do Brasil?

A notícia da exoneração dos diretores do Mackenzie espalhou-se rapidamente. O jornal *Brasil Presbiteriano* de outubro de 1964 (editado com atraso para não perder o flagrante) dedicou toda a segunda página ao assunto, sob título grafado em negrito: “Mackenzie – Situação Gravíssima” (p. 2).

Temia-se aquilo que o futuro poderia trazer, e uma das razões desse temor dizia respeito à personalidade carismática e ímpar de José Borges dos Santos Jr. – presbiteriano dos mais ilustres e versados, também membro do Conselho Federal de Educação – que, dentro do Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, representava o associado vitalício, isto é, falava em nome da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Rapidamente, tanto o Mackenzie como a Igreja iniciaram suas mobilizações, preparando-se para o pior. Por parte da Igreja, a Comissão Executiva do Supremo Concílio reuniu-se extraordinariamente em 20 de novembro para decidir (ao longo de quatro dias de exaustivas reuniões) sobre as providências que tomaria até fevereiro de 1965, quando voltaria a se encontrar, em caráter ordinário e com *quorum* pleno.

As duas instituições decidiram que buscariam pareceres de diferentes juristas, para esclarecimento da questão básica que versava sobre o poder de nomeação e destituição dos ocupantes de cargos diretivos do Mackenzie.

O ano de 1965 transcorreu sem fatos novos que agravassem as tensas relações interinstitucionais. No contexto da Igreja Presbiteriana do Brasil, crescia a expectativa com respeito à reunião quadrienal do Supremo Concílio, que teria lugar de 11 a 20 de julho de 1966, na cidade de Fortaleza (CE), e que prometia tornar-se um evento “divisor de águas” na trajetória dessa centenária denominação.

De fato, uma sucessão de eventos faria de 1966 o ano que marcou mais profundamente a vida institucional, tanto do Mackenzie como da Igreja. Essas ocorrências, reunidas

numa única série de tópicos, compreenderam: a) elevação do presidente do Mackenzie, Oswaldo Müller da Silva, ao primeiro escalão do governo Laudo Natel; b) eleição do Rev. Boanerges Ribeiro para a presidência do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, em julho de 1966; c) criação do Conselho de Curadores junto ao Instituto Mackenzie pelo Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, seguida de nomeação de novos titulares para a Administração Geral do Instituto Mackenzie; d) agravamento dos conflitos entre Mackenzie e Igreja, com tomada de medidas retaliatórias, de ambos os lados; e) edição de decreto estadual dispondo sobre a desapropriação dos bens da Igreja Presbiteriana do Brasil cedidos em comodato ao Instituto Mackenzie para finalidades educacionais.

8. NOMEAÇÕES DA IGREJA SÃO RECUSADAS PELO MACKENZIE (1966)

O início desta nova fase de confrontos deu-se já no primeiro dia de agosto (de 1966), quando o Conselho Deliberativo do Mackenzie reuniu-se para tomar conhecimento das últimas decisões do Supremo Concílio da Igreja, que incluíam a substituição do antigo representante do associado vitalício, Rev. José Borges dos Santos Jr., pelo presidente recém-eleito do Supremo Concílio e também presidente do novo Conselho de Curadores, Rev. Boanerges Ribeiro; incluíam, também, as nomeações de presidente, vice-presidente e tesoureiro (superintendente) do Instituto, e compreendiam, ainda, a informação de que os estatutos do Mackenzie aprovados anteriormente pelo Conselho Deliberativo haviam sido emendados pelo Supremo Concílio da Igreja.

O conjunto dessas informações e decisões causou profundo impacto no Conselho Deliberativo, que esperava fatos novos e graves, mas não imaginava intervenções tão profundas sem que o próprio Conselho pudesse opinar ou ser ouvido antes, em matéria de tanta relevância. Falou-se em “decepção”, em “estupefação”, em “dia de luto para o Mackenzie”.

Entre manifestações de surpresa e descontentamento, ficaram no ar algumas ameaças: “Se não formos compreendidos, saberemos exigir compreensão” e “se necessário, o Conselho recorrerá ao Judiciário” (INSTITUTO MACKENZIE, 1963-1966, v. 5, p. 93v-100).

Após longas considerações e em face da consternação geral, marcou-se nova reunião para o dia 4, que foi precedida de encontro preliminar entre o representante do associado vitalício e o presidente do Conselho Deliberativo. Ambos tentaram evitar um grave impasse que já se esboçava, pois o Conselho Deliberativo estava propenso a não aceitar as nomeações feitas pela Igreja Presbiteriana do Brasil.

A reunião, que fora convocada para o “exame das indicações feitas pelo ‘Associado Vitalício’, para constituição da Administração Geral”, tornou-se extremamente tensa e longa, prolongando-se até às 23h45, como se pode observar da ata correspondente, que preenche 27 laudas de texto manuscrito. Falou-se em “espírito de vingança” e chegou-se a afirmar que “o intuito da Igreja Presbiteriana do Brasil era assenhorar-se do MACKENZIE” (INSTITUTO MACKENZIE, 1963-1966, v. 6, p. 9v-10). Quando o presidente do Conselho Deliberativo, finalmente, colocou em votação os nomes escolhidos pela Igreja Presbiteriana do Brasil, e após longas declarações de voto de cada um dos membros do Conselho, venceu a proposta que *rejeitava* as indicações para os três cargos, a saber: Antonio Valente do Couto para presidente, Cláudio Pereira Jorge para vice-presidente e Paulo Alves de Oliveira Ferraz para tesoureiro (superintendente).

Presente à reunião, o representante da Igreja cuidou de redigir seu voto com a assistência do consultor jurídico (a quem recorreu durante intervalo por ele solicitado), nestes precisos termos:

Quanto à proposta de rejeição dos nomes indicados pelo “Associado Vitalício” para a Administração Geral do Instituto Mackenzie: O “Associado Vitalício” se abstém de votar o assunto e acentua que se reserva para fazer valer os seus direitos conforme aquilo que vier a ser deliberado pelo mesmo “Associado Vitalício” (INSTITUTO MACKENZIE, 1963-1966, v. 6, p. 12).

Simbolicamente, a decisão tomada significava o rompimento do Mackenzie com a Igreja. Como se poderia prever, a Igreja não aceitou a decisão do Conselho e ajuizou uma ação ordinária (Processo n. 2.346/67 do Cartório do 7º Ofício Civil) “contra o Dr. Oswaldo Müller da Silva e outros” (COSTA, 1970, p. 149-167). Ao longo do seu trâmite, essa ação agregou mais de um milhar de laudas nos seus cinco volumes, tendo sido julgada improcedente (em primeira instância), conforme sentença lavrada em 2 de março de 1970.

Inconformada com o desfecho que lhe era desfavorável, a Igreja recorreu a instâncias superiores para, finalmente, ver reconhecidos os seus direitos. Mas isso aconteceria somente em 1973. Antes desse resultado, e com o objetivo de ampliar a repercussão do “caso Mackenzie”, o advogado Philomeno Joaquim da Costa fez publicar, às expensas da Igreja, ampla *Separata* reproduzindo memorial, pareceres e sentença apelada relativos à ação, sob o primoroso título: “O apossamento do Instituto Mackenzie, da Igreja Presbiteriana do Brasil, por pessoas que contra ela se voltaram”. Na capa frontal, à guisa de subtítulo, transcreviam-se as duas teses centrais que norteavam a peleja: 1. se a diretoria de uma associação é nomeada por seu único associado vitalício, os sócios efêmeros não possuem o direito de veto; 2. se a qualidade de associado temporário é só alcançada depois do consentimento do único associado vitalício, cada reeleição não pode dispensar essa concordância.

Em nova reunião do Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, de 19 de novembro de 1966, o presidente Rodolpho Ortenblad informou que, *ad referendum* do Conselho, fora distribuída em juízo uma ação contra a Igreja por meio da qual o Mackenzie pretendia ver definidos o seu patrimônio e o da Igreja. O plenário não só aprovou a iniciativa de Ortenblad como agregou destaques, dentre os quais, uma manifestação enfática de Amador Aguiar. Votou contra, como se podia prever, o representante da Igreja Presbiteriana do Brasil que, privado da assistência direta do seu consultor jurídico, fez disso motivo de protesto escrito. Sabiamente, Boanerges Ribeiro vislumbrou na providência do Conselho a intenção oculta do Mackenzie de tomar da Igreja “a propriedade de prédios, equipamentos, laboratórios [...]” (*BRASIL PRESBITERIANO*, nov. 1966, v. 9, n. 21/22, p. 1). Não tardou para que o plano arquitetado rompesse o véu da impostura.

9. GOVERNO DECRETA A DESAPROPRIAÇÃO DO MACKENZIE (1966)

Aquilo que poderia ser uma intenção dissimulada dos presidentes do Conselho Deliberativo e do Instituto Mackenzie – Rodolpho Ortenblad e Oswaldo Müller da Silva – logo se transformou em ato público e escandaloso. Com efeito, cinco dias antes do Natal, o *Diário Oficial do Estado* publicou a íntegra do Decreto n. 47.379, de 16 de dezembro de 1966, que “dispõe sobre a desapropriação de imóveis, situados nos Municípios da Capital e de Guarulhos, de propriedade da Igreja Presbiteriana do Brasil, cedidos em comodato ao Instituto Mackenzie, para fins educacionais”.

Avaliar a extensão do impacto que a publicação desse decreto provocou, especialmente nas esferas relacionadas com o Mackenzie e com a Igreja Presbiteriana do Brasil (que também vivia momento de delicadas tensões internas), afigura-se tarefa impossível. Matéria publicada pelo órgão oficial da Igreja e assinada por Boanerges Ribeiro, sob a rubrica “Indignação geral dos presbiterianos com o decreto em que o Governador de São Paulo dispõe dos bens de nossa Igreja”, expôs a repulsa da cúpula da Igreja ante a decisão das autoridades estaduais, que teriam se mancomunado para perpetrar ato tão descabido:

Não se desapropriam impunemente 100 anos de história. O que acontecerá, se se efetivar a desapropriação, é evidente – e desastroso: a partir de então, ninguém terá garantias, ao constituir patrimônio para beneficência, educação ou religião; na primeira oportunidade em que um aventureiro, politicamente bem colocado, quiser alijar os proprietários, terá apenas que criar um caso, chamar polícia e repórteres, fazer surgir na imprensa como “verdadeiro representante” dos proprietários, uns derrotados vingativos e uns inocentes bem úteis, e na companhia de um “representativo” qualquer dos proprietários, levar redigido o decreto ao amigo querido, para a relutante assinatura. Depois, dinheiro à larga, para enlamear os proprietários na imprensa, e para injuriar quem representa legitimamente, e não os atraiçoa para “fazer cortesia” (*BRASIL PRESBITERIANO*, jan 1967, v. 10, n. 1, p. 2).

Nessa linha de “indignação geral dos presbiterianos”, a Ação Cívica Brasileira criou o “Comitê Permanente pela volta do Mackenzie à Comunidade Evangélica” (*BRASIL PRESBITERIANO*, jan. 1967, v. 10, n. 1, p. 2). À mesma época, constituiu-se também em São Paulo o “Comitê Pró-Restauração do Mackenzie”,

desvinculado dos órgãos da alta direção da Igreja, aos quais, entretanto, hipotecam ampla solidariedade e apoio em sua luta em prol da recuperação integral do Mackenzie (*BRASIL PRESBITERIANO*, mar. 1967, v. 10, n. 6, p. 8).

Os títulos atribuídos aos diversos “comitês” eram indicativos de que estava em marcha ampla mobilização de segmentos evangélicos, a despeito do não-monolitismo que caracteriza o protestantismo histórico brasileiro.

A questão da desapropriação promovida pelo governo estadual permaneceu entre as prioridades das instituições em litígio e das organizações que em torno delas gravitavam. Os meios de comunicação de São Paulo, sobretudo a imprensa, continuaram a tratar do assunto atribuindo-lhe relevância, o mesmo acontecendo em círculos educacionais, eclesiásticos, acadêmicos e jurídicos paulistas.

10. OS LITÍGIOS AMPLIAM-SE NA ESFERA JUDICIAL (1967-1970)

Decorridos vários meses dos últimos acontecimentos, e sem que nenhum avanço fosse notado nas posições das partes em litígio, o representante da Igreja compareceu a uma reunião do Conselho Deliberativo do Mackenzie munido de “Declaração” em que consignava

que a presença de seu representante não quer significar o seu reconhecimento da validade da presente reunião, que toma a liberdade de entendê-la imprestável (INSTITUTO MACKENZIE, 1966-1971, v. 6, p. 37v-8).

Para explicar esse cenário incoerente, talvez poucas palavras bastem: a situação *de fato* não correspondia à situação *de*

direito. Essa circunstância não só se repetia anualmente, como se agravava, pois a cada renovação anual de um terço do Conselho Deliberativo a Igreja julgava-se obrigada a não reconhecer a validade dos mandatos, fazendo-o até, antecipadamente.

O contexto litigioso vivido pelas duas centenárias instituições revelou, entre seus desdobramentos, algumas situações excêntricas. Este era o caso do patrono da Igreja contra o Mackenzie, Philomeno Joaquim da Costa, cujo espírito combativo excedia qualquer paradigma. Era ele professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, tendo salário pago religiosamente pelo Instituto Mackenzie, contra quem brandia as armas afiadas da sua argúcia jurídica e da sua impetuosidade comportamental.

A Igreja agraciaria Philomeno Joaquim da Costa com o cargo de reitor da Universidade Mackenzie, de 1974 a 1977, como prêmio pelos serviços que havia prestado com invulgar competência e dedicação. Esse capítulo, embora antecipado no presente contexto histórico, não seria o último da carreira do impetuoso professor catedrático e ex-diretor da Faculdade de Direito, que não chegaria a terminar seu mandato de reitor. Num ímpeto de onipotência, Philomeno teria desafiado o presidente do Supremo Concílio, também presidente do Conselho de Curadores e também presidente do Instituto Mackenzie, à época: “Dei o Mackenzie à Igreja e posso tomá-lo de volta”³. Não foi preciso fazer uma segunda ameaça. Três meses antes de completar seu terceiro ano de gestão universitária, e em meio a lances dramáticos, Philomeno Joaquim da Costa foi afastado do cargo e demitido do quadro de professores do Mackenzie, por iniciativa da própria direção da Igreja. Ainda sobrou disposição ao antigo combatente para que, por várias vias e formas, inclusive aliando-se à Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, intentasse arrebatá-lo do Mackenzie da Igreja, numa incrível inversão de posições.

Retornando ao ano de 1968, que por si só já suscita a evocação de acontecimentos relevantes no campo sociopolítico do País e do mundo, é preciso dizer que tanto o Mackenzie como a Igreja tentaram acelerar as decisões do Poder Judiciário,

³ Referência oral colhida pelo autor à época dos episódios (1976-1977), sem precisão documental. O autor já estava na instituição havia dez anos e acompanhou, como observador, grande parte desses acontecimentos.

uma vez que a indefinição dos rumos apresentava-se geradora de incômodas tensões no seio das duas instituições em litígio.

Na primeira página do *Brasil Presbiteriano* de agosto de 1968, noticiou-se que a “Ação Ordinária” movida pela Igreja contra o Mackenzie prosseguia tramitando no Foro de São Paulo, tendo prestado depoimento contra a Igreja Presbiteriana do Brasil os reverendos José Borges dos Santos Jr., Adauto Araújo Dourado e Domício Pereira de Mattos, entre outros. A favor da Igreja, testificaram os reverendos Waldyr Carvalho Luz, Gutemberg de Campos e Edésio Chequer, além dos presbíteros Paulo Breda Filho, Walter Xavier Homrich e Fuad Miguel. Do ponto de vista eclesial, ficou claro que os grupos de oposição dentro da Igreja manifestavam sua inconformidade tentando subtrair o Mackenzie da esfera de influência da sua própria organização eclesial, a Igreja Presbiteriana do Brasil.

11. VITORIOSA NA JUSTIÇA, IGREJA CONSOLIDA SUA POSIÇÃO (1971-1973)

No ano de 1971, o cenário começou a apresentar sinais de enfraquecimento das posições do Mackenzie. Na reitoria da Universidade foi empossado, em 15 de março, João Pedro de Carvalho Neto, pois Esther de Figueiredo Ferraz terminara o segundo mandato e assumira a Secretaria de Estado da Educação, no segundo governo Laudo Natel. Da presidência do Instituto afastou-se Oswaldo Müller da Silva, após nove anos e meio de gestão, também para assumir o cargo de secretário da Justiça do Estado de São Paulo.

Quanto ao próprio Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, vinha a cada ano, por sua conta, renovando o mandato de um terço dos seus conselheiros, ignorando os vetos que o representante do associado vitalício havia apostado na primeira vez que o Conselho quis proceder desse modo, ainda em novembro de 1966. Reputando as reuniões do Conselho Deliberativo absolutamente desprovidas de validade jurídica, como já havia declarado, desde dezembro de 1968 a Igreja deixara de se representar. Essa ausência não significava

abandono das teses defendidas; ao contrário, em outras frentes continuavam acirradas as batalhas jurídicas entre as duas instituições – Igreja e Mackenzie –, esboçando-se êxitos em favor da primeira.

De fato, por decisão histórica do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, tomada em 14 de setembro de 1971, teve a Igreja Presbiteriana do Brasil reconhecido seu direito de nomear a Administração Geral do Instituto Mackenzie e, igualmente, o direito de vetar nomes para o Conselho Deliberativo, mesmo quando candidatos à reeleição.

A Igreja Presbiteriana do Brasil logo teria um segundo motivo para encher-se de satisfação. Coincidentemente, na mesma data em que o Tribunal de Alçada Civil emitiu seu acórdão favorável à Igreja, a Fazenda do Estado depositou a importância inicial de Cr\$ 5.957.406,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e seis cruzeiros) destinada à indenização decorrente da desapropriação dos bens da Igreja disponibilizados ao Mackenzie. Com essa providência já concretizada, a Procuradoria-Geral do Estado habilitou-se a solicitar ao juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Estadual o desentranhamento imediato do mandado de imissão prévia de posse provisória do imóvel, para ser cumprido com urgência por oficiais de justiça. Baseava-se o requerimento no fato de haver o Supremo Tribunal Federal acabado de negar seguimento ao agravo interposto pela Igreja no recurso extraordinário da Procuradoria-Geral do Estado. Se essa parte dos fatos pareceu ser negativa à Igreja, a seguinte não foi.

Dois dias depois, e inexplicavelmente do ponto de vista humano, a mesma Procuradoria-Geral do Estado oficiou à Justiça sua desistência do pedido anterior de desentranhamento e cumprimento do mandado de imissão de posse provisória, requerendo pronta devolução do depósito que fizera 48 horas antes. A explicação mais plausível para essa súbita mudança de rumos vincula-se à notícia que logo se propagou, de que a Igreja se fizera vencedora no Tribunal de Alçada Civil quanto ao direito de nomear seus prepostos e vetar aqueles que não se fizessem dignos da sua confiança. Teriam as autoridades do governo do Estado percebido que essa expressiva vitória jurídica da Igreja Presbiteriana do Brasil poderia levar o processo da desapropriação a ter efeito final inócuo.

Encerrava-se, assim, discretamente, essa longa batalha jurídica e política que mobilizara expressiva parte da Igreja e segmentos da sociedade, ao longo de quase cinco anos. Curiosamente, em 16 de setembro de 1971 os cargos de governador do Estado e de secretário da Justiça estavam sendo ocupados, respectivamente, por Laudo Natel e Oswaldo Müller da Silva – os mesmos personagens responsáveis pelo desencadeamento dessa longa saga em 16 de dezembro de 1966.

Havia, contudo, ainda um segmento de caminho que devia ser percorrido na esfera do Poder Judiciário. Com efeito, após a decisão do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, em que a Igreja teve reconhecido seu direito de nomear a Administração do Instituto Mackenzie e, igualmente, o direito de vetar nomes para o Conselho Deliberativo, sucederam-se recursos e embargos que tentaram esgotar todas as possibilidades processuais. Em tese, podia a Igreja executar o julgado, apesar de os vencidos terem interposto recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal reuniu-se em 26 de novembro de 1973, ocasião em que o Mackenzie foi representado pelo jurista Josaphat Marinho, e o jurista Vicente Rao falou por Oswaldo Müller da Silva. A despeito do brilhantismo dos advogados, a excelsa corte foi-lhes desfavorável na decisão, registrada com duas palavras fatais: “Não conhecido”.

Finalmente, em 31 de dezembro de 1973 foram empossados por oficiais de justiça os integrantes da Administração Geral do Instituto Mackenzie que haviam sido nomeados sete anos antes, em agosto de 1966, a saber: Antonio Valente do Couto (presidente) e Paulo Alves de Oliveira Ferraz (superintendente). Em 14 de janeiro de 1974, instalou-se o Conselho Deliberativo em sua nova configuração, restando do anterior apenas o representante do associado vitalício, Rev. Boanerges Ribeiro, e seu cunhado Claudio Pereira Jorge. A presidência do Conselho Deliberativo foi atribuída ao Cel. Renato Guimarães, fiel combatente das pungentes batalhas que haviam se travado por quase uma década.

Quanto à Igreja, seu periódico *Brasil Presbiteriano* de janeiro-fevereiro de 1974 publicou convocação da Comissão Executiva do Supremo Concílio, extensiva a todas as comunidades espalhadas pelo País, “para no 3º domingo de maio corrente, dar graças a Deus pela vitória alcançada na Justiça,

que manteve os direitos de nossa Igreja, no Mackenzie” (p. 2). Na reunião do Supremo Concílio, em julho de 1974, foi consignado

um voto de apreciação e aplausos ao Reverendo Boanerges Ribeiro e à sua brilhante equipe pela gloriosa vitória da reconquista do Instituto Mackenzie ao patrimônio da Igreja Presbiteriana do Brasil (IGREJA... *Digesto Presbiteriano (1971-1984)*, 1998, p. 73).

12. CONCLUSÃO

A concretização dessa “gloriosa vitória da reconquista do Instituto Mackenzie ao patrimônio da Igreja Presbiteriana do Brasil”, doze anos após a transferência patrimonial da jurisdição do *Board* de Nova York para a égide da própria Igreja, constituiu-se, evidentemente, num significativo marco histórico. No mínimo, destinou-se a encerrar recorrente ciclo de disputas e a afirmar, pela segunda vez e em caráter definitivo, que o Mackenzie pertence de direito e de fato à Igreja Presbiteriana do Brasil, e só a ela compete traçar os rumos da instituição educacional presbiteriana fundada por George W. Chamberlain. Que a esse respeito não sobreviva nenhuma dúvida.

REFERÊNCIAS

BRASIL PRESBITERIANO. São Paulo, Igreja Presbiteriana do Brasil, v. 7, n. 3, 1^a quin. fev. 1964; v. 7, n. 13, out. 1964; v. 9, n. 21/22, nov. 1966; v. 10, n. 1, jan. 1967; v. 10, n. 4/5, fev./mar. 1967; v. 10, n. 6, mar. 1967; v. 10, n. 15/16, ago. 1968; v. 14, n. 9, set. 1971; v. 15, n. 1/2, jan./fev. 1974.

COSTA, P. J. da. (Org.). *O apossamento do Instituto Mackenzie, da Igreja Presbiteriana do Brasil, por pessoas que contra ela se voltaram*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1970.

DIÁRIO OFICIAL [DA] UNIÃO (Brasil). Rio de Janeiro, 17 nov. 1922.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. São Paulo, 20 dez. 1966.

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Digesto Presbiteriano (1951-1960)*. Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.

_____. *Digesto Presbiteriano (1971-1984)*. Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.

INSTITUTO MACKENZIE. *Estatutos do Instituto Mackenzie*. São Paulo, 1950-1951.

_____. *Prospecto*. São Paulo, 1954.

_____. Centro Histórico Mackenzie. *Board of Trustees*. Correspondências. São Paulo, 1957-1961. (Pasta de arquivo).

_____. Centro Histórico Mackenzie. *Nacionalização do Mackenzie*. São Paulo, 1957-1961. (Pasta de arquivo).

_____. Conselho Deliberativo. *Livro de atas do Conselho Deliberativo*. São Paulo, 1955-1961, v. 3; 1963-1966, v. 5; 1966-1971, v. 6.

LÉONARD, É. G. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. Tradução Linneu de Camargo Schützer. 3. ed. rev. São Paulo: Aste, 2002.

MACKENZIE COLLEGE. *Annual report to the Board of Trustees*. São Paulo, 1907.

MATOS, A. S. de. O Colégio Protestante de São Paulo: um estudo de caso sobre o lugar da educação na estratégia missionária da igreja. *Fides Reformata*, São Paulo, Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, v. 4, n. 2, p. 59-86, 1999.

O MACKENZIE. São Paulo, Instituto Mackenzie, v. 17, n. 51, out. 1957.

O PURITANO. Rio de Janeiro, Igreja Presbiteriana do Brasil, v. 24, n. 1173, 25 out. 1922; v. 46, n. 1841, 25 dez. 1944; v. 47, n. 1856, 10 ago. 1945; v. 49, n. 1193, 10 ago. 1948.

RAMALHO, J. P. *Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE. São Paulo, Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, v. 1, n. 5, 1960; v. 3, n. 11, 1961.

UNIVERSIDADE MACKENZIE. Secretaria Geral. *Livro de atas do Conselho Universitário*. São Paulo, 1952-1962, v. 1.

WADDELL, W. A. 16 out. 1922. Escola de Engenharia. *Reconhecimento*. (Correspondência pessoal ao deputado Federal Joaquim Augusto de Barros Penteado.)